

Consulta pública sobre os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs)

Prazo para enviar contribuições à Anvisa começa na próxima terça-feira (12). Qualquer pessoa pode se manifestar

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai iniciar, na próxima terça-feira (12/12) [consulta pública sobre os dispositivos eletrônicos de fumar \(DEFs\)](#). Até 9 de fevereiro de 2024, qualquer pessoa ou organização poderá enviar suas contribuições à Agência.

Atualmente, os DEFs são regulados pela Resolução da Anvisa 46, de 2009, que proíbe a comercialização, importação e propaganda de cigarro eletrônico, tabaco aquecido, acessórios, refis ou qualquer outro produto desse tipo. O texto da consulta amplia as proibições, e seguiu o Relatório de Análise de Impacto Regulatório publicado em julho de 2022.

A decisão de abrir a consulta pública ocorreu durante reunião da Diretoria Colegiada da Anvisa na última sexta-feira (1º).

O Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o Ministério da Saúde enviaram pareceres a favor da manutenção da proibição. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) também apresentou fortes argumentos contra a liberação dos dispositivos.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também se manifestou contra o argumento da indústria do tabaco de que a liberação da venda diminuiria a comercialização ilegal de cigarros eletrônicos e afins. Para a Pasta, caso a regra atual seja alterada, haverá um aumento significativo no contrabando, em um “ciclo vicioso” que aumentará o consumo e impactará a saúde pública.

A ACT junta-se a toda a comunidade de saúde, como associações, sociedades médicas e profissionais do setor para defender que a venda, importação e propaganda dos dispositivos eletrônicos para fumar continuem proibidas no Brasil.

Ao contrário do que a indústria argumenta, não há que se falar em redução de danos quando nos referimos aos DEFs. Estudos apontam para a presença de sal de nicotina em diversos modelos, substância que causa dependência rapidamente do que os cigarros. Os DEFs também concentram outras substâncias tóxicas e aditivos de aroma e sabor, o que pode levar ao interesse de crianças e jovens.

Os riscos de liberar novos produtos de tabaco no mercado são muito altos. Entre eles, está o aumento do consumo desses produtos, que causam dependência química e estão



relacionados a doenças cardiovasculares e respiratórias.

O Brasil é reconhecido internacionalmente por suas boas práticas para a redução da prevalência do tabagismo. É fundamental avançar na implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS), ratificada por diversos países, incluindo o Brasil, exemplo mundial em sua implementação.

Para saber mais e participar da consulta, acesse:

<https://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas#/visualizar/513192>

Saiba mais sobre os DEFS: <https://actbr.org.br/defs>